

Rousseau juiz de Jean-Jacques

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Divino José da Silva

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Rousseau juiz de Jean-Jacques
Diálogos



Tradução

Claudio A. Reis e Jacira de Freitas

Apresentação

Claudio A. Reis



© 2022 Editora Unesp

Título original: *Rousseau juge de Jean-Jacques. Dialogues*

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

R864r Rousseau, Jean-Jacques

Rousseau juiz de Jean-Jacques: Diálogos / Jean-Jacques Rousseau; traduzido por Jacira de Freitas, Claudio A. Reis. – São Paulo: Editora Unesp, 2022.

Tradução de: *Rousseau juge de Jean-Jacques*

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-087-4

I. Filosofia. 2. Jean-Jacques Rousseau. I. Freitas, Jacira de. II. Reis, Claudio A. III. Título.

CDD 100

2021-3254

CDU 1

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação . 7

Claudio A. Reis

Rousseau juiz de Jean-Jacques: Diálogos

Do assunto e da forma deste escrito . 49

Primeiro diálogo . 57

Segundo diálogo . 193

Terceiro diálogo . 377

História do precedente escrito . 455

Cópia do bilhete circular que é mencionado no
escrito precedente . 473

Apresentação

Rousseau juiz de Jean-Jacques – o título curioso e intrigante deste que é em geral considerado o segundo painel do tríptico autobiográfico de Rousseau deixa entrever apenas parte de sua complexidade. Trata-se, efetivamente, de um texto complexo, cuja compreensão e adequada assimilação implica atravessar diversas camadas que se abrem à interpretação – da biografia à psicopatologia, da filosofia à música, passando pelo conhecimento do pensamento e das obras de Rousseau, bem como do contexto biográfico, intelectual e político em que essas obras foram produzidas.

Parte de sua importância vem dessa complexidade. Mas é digno de nota que por muito tempo esse texto difícil e estranho foi visto, na melhor das hipóteses, como um escrito menor do autor do *Contrato social*, da *Nova Heloísa* e das *Confissões* – apenas para citar três de suas obras-primas mais influentes –, quando não uma anomalia cujo esquecimento faria mais justiça a Rousseau. O texto dos *Diálogos* (como geralmente é conhecida a obra, abreviando-se o título pelo subtítulo descritivo que aparece em

um dos manuscritos) durante muito tempo foi lido mais como um sintoma, como a expressão definitiva da doença de Rousseau, que como uma peça relevante de sua obra. Para muitos leitores do Genebrino, amigos ou inimigos, essa proximidade (fosse real ou aparente) com a doença era mais importante que o texto em si mesmo e era vista como razão fosse para expulsá-lo do *corpus* das obras relevantes (no caso dos leitores amigáveis), fosse, no caso dos inimigos, para, a partir de sua peculiar “loucura” – sintoma inequívoco, segundo eles, da insanidade irremediável do próprio autor –, jogar uma sombra de dúvida sobre o conjunto da obra de Rousseau.¹ Aliás, o próprio autor, bastante crítico em relação a sua obra, parece reforçar e estimular sua marginalização no *corpus*: Rousseau ele mesmo, no prefácio que juntou aos diálogos, diz reconhecer os limites e os defeitos de seu texto, segundo ele próprio muito longo, repetitivo, verborrágico e desordenado – um reflexo, enfim, do estado de espírito que o dominava na época.

Essas crenças sobre o caráter relativamente desimportante dos *Diálogos* dentro do conjunto da obra rousseauiana e sobre o valor (literário e filosófico) um tanto limitado do texto começam a mudar na virada dos anos 1950 para os 1960. Primeiro, com a publicação, em 1959, no primeiro volume das *Obras Completas* na Coleção Pléiade da editora Gallimard, do texto dos *Diálogos*, em edição crítica, com as *Confissões* e os *Devaneios do caminhante solitário*.² Nessa edição, com notas e introdução importantes de

1 Sobre isso, ver Jones (1991), Trousson (2003), Perrin (2011), Garréta (2003a).

2 A publicação das obras completas no contexto da prestigiosa coleção Pléiade, da editora Gallimard, corresponde a uma espécie de “canonização” do texto: os *Diálogos*, publicados em conjunto com as *Confissões* e os

Robert Osmont, os *Diálogos* encontravam seu lugar entre as duas obras autobiográficas mais conhecidas, e, nesse contexto, começava-se a reinterpretá-los como parte do “sistema” de Rousseau e não como sintoma patológico. Poucos anos depois, em 1962, foi publicada pela editora Armand Colin uma edição separada dos *Diálogos* – até há bem pouco tempo, aliás, sua única edição isolada, fora de uma coleção das obras de Rousseau. Essa edição fez história também por conter um texto destinado a ficar célebre: uma “Introdução” assinada por Michel Foucault, que, havia pouco, encerrara seus influentes estudos sobre a loucura.³ Esse texto, que desafia frontalmente a leitura patológica da obra de Rousseau, viria a se tornar um divisor de águas na atribulada história dos *Diálogos*. A partir de então, o texto fez sua entrada no *corpus* de obras relevantes não só para os interessados em Rousseau, mas também para os estudiosos da literatura francesa do século XVIII e do “gênero autobiográfico” (que vinha despertando cada vez mais o interesse dos teóricos).

A guinada mais definitiva com relação ao reconhecimento da importância do texto veio apenas no início da década de 1990. Em 1991, James F. Jones publicou o que é até hoje um dos únicos estudos monográficos dedicados a ele. No ano anterior, Christopher Kelly e Roger Masters haviam publicado a primeira

Devaneios, duas obras que já integravam o cânone da literatura francesa, ganham também o mesmo status. Essa “canonização” do texto foi, de certa forma, confirmada definitivamente em 2003, quando os *Diálogos* foram incluídos no programa do concurso de *agrégation* de letras modernas.

3 A introdução de Foucault, independentemente da contribuição que trouxe aos estudos rousseauístas, tem alguma importância também como indicador de caminhos para a evolução de seu próprio pensamento. Ver, sobre isso, Frackowiak (2006) e Siisiäinen (2012). Uma crítica da leitura foucaultiana dos *Diálogos* pode ser lida em Sauvageot (1988).

tradução dos *Diálogos* para a língua inglesa (e até hoje uma das únicas traduções do texto)⁴ no primeiro volume de sua edição das obras completas de Rousseau. A escolha desse texto para abrir uma nova edição das obras completas dá a ele um destaque e uma relevância inéditos, que os tradutores procuram justificar em sua apresentação. De obra marginal e ambígua, já havia sido promovido a etapa relevante do empreendimento autobiográfico com a edição Pléiade; agora, os *Diálogos* eram apresentados como obra-chave para introduzir todo o pensamento rousseauiano, assumido como possuindo uma coerência sistemática – tese, aliás, que o texto dos *Diálogos* defende com insistência.⁵

Se houve considerações, digamos, “comerciais” para abrir uma nova coleção de escritos de Rousseau com um texto até então inédito em língua inglesa, há também razões substantivas que justificam essa escolha, razões que os tradutores expõem cuidadosamente em sua introdução.⁶ De acordo com Kelly e Masters, os *Diálogos* merecem ocupar um lugar relevante no

4 Além dessa tradução americana, temos notícia de duas traduções japonesas (1917 e 1969), sobre cuja disponibilidade não temos informações. Há ainda uma tradução para o italiano (2014) e outra para o espanhol (2015). Em português, foram publicados “Sobre o assunto e a forma deste escrito” e “História do precedente escrito” – textos que servem respectivamente como prefácio e posfácio aos *Diálogos* – na coletânea *Textos autobiográficos e outros escritos*, em tradução de Fúlvia M. L. Moretto.

5 Já na discussão sobre a unidade do pensamento de Rousseau, que ocupou uma boa parte dos estudos rousseauístas na primeira metade do século XX, era comum convocar o testemunho dos *Diálogos* para afirmar essa unidade e sistematicidade, ainda que a reputação do texto fosse então algo duvidosa. Ver Lanson (1912) e Cassirer (1933). Ver também Séité (2010).

6 Kelly; Masters (1990), “Introduction”. Ver também Kelly (2010).

“sistema” de Rousseau em parte porque esse é um dos contextos mais importantes em que ele afirma possuir um sistema.⁷ Os *Diálogos*, defendem os tradutores, dariam ao sistema filosófico de Rousseau uma espécie de acabamento⁸ e, ao conceder atenção especial aos julgamentos feitos sobre Jean-Jacques e seu caráter, põem de maneira especialmente clara o problema – importantíssimo para a interpretação do Genebrino – da relação entre o sistema filosófico de Rousseau e o caráter de Jean-Jacques.⁹ Mais que qualquer outro texto de Rousseau, enfim, os *Diálogos* exploram a complexa rede de relações que se estabelece entre o autor, sua obra e seus leitores.

Mas os *Diálogos* não são apenas um prelúdio ou uma introdução ao sistema – uma propedêutica. O texto também *representa* o sistema, defendem ainda Kelly e Masters. Há, antes de mais nada, a célebre descrição do sistema no terceiro diálogo, veiculada pelo personagem do “Francês”. Mais relevante que isso, dizem os tradutores, é o próprio drama dos *Diálogos* que expressa ou dá corpo a aspectos cruciais do sistema¹⁰ – por meio, por exemplo, da exploração do tema da peculiaridade do caráter de Jean-Jacques, que torna possível não apenas seu acesso privilegiado a uma verdade (da natureza) inacessível aos demais, mas também a revelação dessa verdade aos outros por intermédio de sua obra. Nos *Diálogos*, o princípio fundamental da bondade natural do homem, com todos os seus desdobramentos, ocupa – como no *Emílio* – um lugar central e organiza todo o drama encenado na

7 Ed. eletrônica (e-book Kindle), posição 185.

8 *Ibid.*, posição 238-239.

9 *Ibid.*, posição 244-245.

10 *Ibid.*, posição 329-335.

conversaço e nos contextos que ela evoca. Em conclusã, dizem os tradutores, os *Diálogos* devem ser lidos não como (apenas) um sintoma da angústia mental de Rousseau naqueles anos sombrios (o que também são), mas como uma “dramatizaço dos princípios fundamentais do pensamento sistemático de Rousseau e de suas mais profundas reflexões sobre o problema de tornar seu pensamento sistemático acessível ao público”.¹¹ Tomemos brevemente, como exemplo, três temas importantes: a bondade natural, a evidência do sentimento e a questão da opinião.¹²

De fato, é provavelmente nos *Diálogos* que encontramos, depois do *Emílio*, o conjunto mais rico de reflexões sobre um dos princípios fundamentais da filosofia rousseauiana: o princípio da *bondade natural* do ser humano. Três núcleos recorrentes no texto constituem esse conjunto de reflexões.

O primeiro desses núcleos gira em torno do contraste fundamental entre amor de si e amor-próprio, cuja importância na antropologia filosófica rousseauiana é evidente já desde o *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Desde a descrição inicial do “mundo ideal” (no primeiro diálogo), passando pela interessante e rica discriminação entre os tipos de sensibilidade (que aparece no segundo diálogo), há, na obra, contribuições preciosas para a teoria do amor-próprio – contribuições novas e originais, que nos permitem entender melhor não só o jogo que se estabelece entre amor de si e amor-próprio como também as relações disso (e de uma teoria da sensibilidade) com uma teoria mais ampla da sociabilidade.

11 Ibid., posição 440, tradução nossa.

12 Para mais sobre as implicações teóricas e políticas do texto, ver Perrin (2005).

Um segundo núcleo que estrutura as reflexões sobre o princípio da bondade natural surge em torno das relações que Rousseau estabelece, sobretudo no segundo diálogo, entre amor de si e imaginação (que tangenciam o tema importantíssimo da fruição de si mesmo). Também essas reflexões estão desenvolvidas nos *Diálogos* de forma original.

Finalmente, é aqui também, nos *Diálogos*, que Rousseau faz o uso mais extenso e sistemático da dicotomia virtude/bondade, que aparece igualmente nas *Confissões* e é uma das ideias organizadoras da trama da *Nova Heloísa*. Entender o contraste que Rousseau estabelece e insistentemente reafirma entre virtude e bondade – entender, em suma, como é possível ser bom sem ser virtuoso – é de fato essencial para apreendermos adequadamente o sentido de sua tese sobre a bondade natural e suas implicações, inclusive para a moralidade.

Outro dos grandes temas da filosofia rousseauniana dramatizado nos *Diálogos* é o tema da *evidência do sentimento*. Esse é, efetivamente, um dos pontos fundamentais do texto, já que se liga diretamente a sua estratégia de buscar o leitor ideal, ao mesmo tempo que procura oferecer-lhe uma espécie de “manual de leitura” que explicita a forma como a obra deve ser abordada.¹³ Mais que isso, a questão da evidência do sentimento é fundamental para entendermos o próprio projeto filosófico de Rousseau como um todo. O que ele busca com sua obra é, sobretudo, produzir determinado efeito sobre o leitor. No centro de seu diagnóstico do mal-estar na sociedade contemporânea está a convicção de que a infelicidade do indivíduo moderno

13 Como diz Michèle Crogiez Labarthe, a obra encena uma lição de interpretação. Ver Crogiez Labarthe (2003), p.60.

aumentou na mesma medida em que ele se corrompeu – e ele se corrompeu na mesma proporção em que se afastou da fonte da natureza. Esse afastamento é também um esquecimento: o ser humano, afastado de sua fonte, esqueceu quem e o que é. Retomar esse contato, restabelecer essa memória, no entanto, não passa apenas pela razão: é pelo sentimento, sobretudo, que o indivíduo pode voltar a banhar-se nessa fonte de valor que é a natureza (não é à toa que o melhor caminho de volta à natureza ainda hoje aberto para o ser humano é o que passa pela fruição do puro sentimento da existência). Isso, somado à convicção que tem Rousseau de sua própria peculiaridade, de sua singularidade como uma espécie de “fóssil vivo” (o último exemplar do homem natural ainda existente), explica o tom peculiar das obras e justifica sua variabilidade – do tratado ao romance, da autobiografia à ópera, todas as formas de produzir o efeito desejado são experimentadas por Rousseau. E é isso que está dramatizado nos *Diálogos*. Desde o início, o método de leitura proposto pelo personagem “Rousseau” enfatiza a importância do efeito peculiar que a obra de J.J. produz sobre seus leitores. E isso, por sua vez, é parte importante de seu argumento em torno da indissociabilidade entre autor e obra, que ao mesmo tempo legitima a obra e justifica o autor. No final, o método é ainda confirmado pela “conversão” do “Francês”, também ele persuadido pela evidência do sentimento da excelência da obra e, por extensão, de seu autor.

Por fim, outro conjunto de temas centrais para o pensamento rousseauiano atravessa um dos pontos mais desconcertantes dos *Diálogos*, que é o tema do complô. Para além da paranoia, o tratamento que Rousseau dá ao tema do complô traz reflexões e precisões importantes sobre a dinâmica da *opinião (pública)* e sobre o problema do fanatismo, com possíveis aplicações ou

extensões à sua teoria política. Voltaremos ainda a esse tópico. Por ora, basta lembrar as aproximações entre a noção de opinião pública e a ideia de vontade geral, bem como o problema mais amplo da manipulação ou da falsificação da vontade geral, evocada no *Contrato social* já em conexão com a figura peculiar do Legislador.¹⁴

Esse conteúdo rico e importante, no entanto, vem como que envolto em dois véus, que o leitor tem de levantar cuidadosamente (sem desconsiderá-los) para ter acesso à riqueza do texto. Um desses véus, talvez o mais pesado, é o tema obsessivamente recorrente do complô. O outro é o da própria forma e estrutura do texto. Começemos por esse segundo véu.

Rousseau juiz de Jean-Jacques é composto essencialmente por três diálogos entre dois personagens, um chamado “Rousseau” – um genebrino, como Jean-Jacques Rousseau – e outro identificado simplesmente como “um Francês”. O assunto das conversas entre “Rousseau” e o “Francês” são as obras e o caráter de um terceiro personagem, “Jean-Jacques”, que no texto é nomeado apenas pelas iniciais “J.J.” e que não intervém diretamente nas conversações.¹⁵ O título se explica desta forma: “Rousseau”, o personagem, julga “J.J.”, que já havia sido objeto de um outro

14 Sobre isso, ver Allard (1998), Citton (1998), Citton (2003) e Perrin (2011).

15 Há, no segundo diálogo, longas passagens que são reproduções, por “Rousseau”, de falas de “J.J.” na primeira pessoa. Rousseau ainda acrescenta diversas notas ao texto, comentando, complementando ou ecoando as reflexões de seus personagens. Nessas notas, em que ouvimos diretamente a voz do autor, poderíamos identificar também a voz do próprio “J.J.”, sobre quem “Rousseau” e o “Francês” estão conversando – é o que sugere, por exemplo, P. Stewart na introdução de sua edição dos *Diálogos*.

juízo, expresso por intermédio do personagem do “Francês”, juízo esse fortemente contestado por “Rousseau”.

O texto começa no meio de uma conversa em andamento. Inicia-se com as exclamações de “Rousseau”, leitor e grande admirador das obras de Jean-Jacques Rousseau, após ter sido informado pelo “Francês” da alegada vilania e hipocrisia desse autor. Sua primeira reação, após a surpresa inicial, é a de formular a hipótese da duplicidade de “J.J.”: o celerado retratado pelo “Francês” não pode ser a mesma pessoa que escreveu os livros. Essa hipótese reforça-se e amplia-se, ao longo do primeiro diálogo, com a construção, a partir da narração do “Francês” e de sua descrição do “sistema” que é seguido com relação a “J.J.”, da hipótese do complô. O primeiro diálogo termina em suspenso após a elaboração dessas hipóteses, mas traça o método a seguir: “Rousseau”, leitor e admirador dos livros, compromete-se a fazer uma visita a “J.J.”, seu autor putativo, que ele não conhecia em pessoa. O “Francês”, por sua vez, embora se recuse a ir ao encontro de “J.J.”, compromete-se a ler os livros atribuídos a ele, livros que só conhecia por ouvir dizer e por citações. O segundo diálogo narra a visita de “Rousseau” a “J.J.” e suas conclusões. O terceiro gira em torno da leitura do “Francês” e de seus efeitos.

Já de início chama a atenção a utilização, pelo autor dos diálogos, de seu próprio nome distribuído, por assim dizer, entre dois dos três personagens. No texto preliminar que dirige ao leitor, Rousseau dá algumas indicações que explicam esse dispositivo. Há, antes de mais nada, uma questão ligada à retomada do nome próprio ou, se quisermos, à (re)apropriação do próprio nome.¹⁶ Como sabemos, entre 1767 e 1770, Rousseau, em sua

16 Garréta (2003b), Perrin (2009) e Perrin (2011).

fuga, adotou o nome falso de “Jean-Joseph Renou”. Em 1770, já tendo redigido suas *Confissões*, voltou a assinar seu verdadeiro nome e retornou a Paris – três passos (redação das *Confissões*, retomada do nome e retorno à capital) que constituem um só movimento orientado pelo propósito de forçar um esclarecimento dos equívocos que, assim sentia o autor, existiam em torno de sua pessoa e de sua obra (vale lembrar que, em 1770, quando Rousseau voltou a Paris, a condenação pela publicação do *Emílio* continuava vigente, assim como a ordem que decretava sua prisão). A redação dos *Diálogos* a partir de 1772 quer ao mesmo tempo amplificar esse movimento e corrigi-lo (uma vez que Rousseau acreditava ter fracassado em sua busca e em sua tentativa de esclarecimento). O uso repartido do nome próprio inscreve-se nessa ampliação.

Além disso, essa distribuição do nome pelos personagens tem uma relação mais forte e íntima com a forma escolhida do diálogo e com a intenção de Rousseau ao escrever o texto. Ele diz, antes de mais nada, justificando a escolha da forma dialogada:¹⁷

A forma do diálogo, por me parecer a mais própria para discutir o pró e o contra, foi escolhida por essa razão. Tomei a liberdade de retornar nestas conversas meu nome de família, que o público julgou oportuno retirar de mim, e designei-me na terceira pessoa, seguindo seu exemplo, usando o nome de batismo ao qual lhe aprouve reduzir-me.

O pró e o contra que se discutem nesses diálogos referem-se, naturalmente, a “J.J.”. Sobre ele pesa um juízo condenatório,

17 Sobre a forma dialogada, ver Drouet (1998), Drouet (2009), Gilleland (1998), Guellouz (1992), Rosenberg (1998), Scott (1998), Wells (1998).

expresso nas conversas pelo “Francês”. Cabe ao personagem “Rousseau” ser o instrumento para a formulação de um juízo diferente, mais equitativo, sobre o mesmo “J.J.”. “Rousseau”, não é totalmente supérfluo lembrar, é um personagem fictício, criação de Jean-Jacques Rousseau, sim, mas que, como ficção, não se identifica completamente com o autor dos diálogos. “Rousseau” é, em primeiro lugar, a personificação do observador imparcial. Um *observador* – eis um termo-chave para a leitura e a interpretação do texto.¹⁸ A isso se liga uma segunda afirmação importante de Rousseau a respeito da escolha da forma peculiar desse texto, em especial da escolha de tratar a si mesmo na terceira pessoa. Para atingir o objetivo de reparar o juízo errado que o público pronunciou a seu respeito, evitando ao mesmo tempo um procedimento cruamente autolaudatório, que apenas contraporiria o autoelogio às condenações do público, diz Rousseau que “era preciso necessariamente que eu dissesse com que olhos, se eu fosse um outro, veria um homem tal como sou”. Esse olhar de um outro será o olhar de “Rousseau”. “Rousseau”, personagem dos diálogos, e Jean-Jacques Rousseau, autor dos *Diálogos*, estão, assim, em uma relação mais complexa que aquela que vige entre autor e personagem: “Rousseau”, na medida em que é uma ficção, não é Rousseau; mas, na medida em que representa a maneira ou

18 A perspectiva adotada por Rousseau nos *Diálogos* pode ser aproximada da perspectiva privilegiada por algumas teorias morais importantes do século XVIII, com sua ênfase peculiar na posição do espectador. Uma leitura do texto a partir, por exemplo, de alguns aspectos do que foi desenvolvido por Adam Smith em sua *Teoria dos sentimentos morais*, poderia ser interessante e esclareceria alguns elementos desconcertantes do texto, que, de certa maneira, leva ao limite, na sua concepção e na sua construção, a ideia de um “espectador imparcial”.

a perspectiva como Jean-Jacques Rousseau veria um outro como ele, “Rousseau” é Rousseau (retomando a frase: era preciso que eu, Jean-Jacques Rousseau, dissesse com que olhos, se eu fosse “Rousseau”, veria um homem tal como “J.J.”).

Mas e “J.J.”, em que medida é também ele um personagem, uma ficção, uma criação de Jean-Jacques Rousseau? “J.J.” não participa diretamente das conversações: é seu objeto, não seu sujeito; não é, a princípio, um personagem no mesmo sentido em que o são “Rousseau” e o “Francês”: é aquilo sobre o que os personagens, meras personificações de pontos de vista, falam. “J.J.” é a referência desses pontos de vista e, como tal, tem outro estatuto ontológico. No limite, o objetivo de Rousseau é convencer-nos de que “J.J.”, como visto pela perspectiva de “Rousseau”, é real e se identifica com o autor da obra de Jean-Jacques Rousseau. Mas, para além disso, há na construção do retrato de “J.J.” proposto por intermédio do personagem “Rousseau” um resíduo de ficção que é importante reconhecer.

Ao falar de si mesmo, a incorporação da perspectiva da terceira pessoa poderia permitir, finalmente, uma espécie de distanciamento de si que favoreceria a objetividade. Esse é o ponto central do segundo diálogo. Todo ele está organizado em torno da aplicação de um método de observação, desenvolvido e descrito, junto com seus resultados e conclusões, por “Rousseau”. Mas em que medida esse esforço de objetividade e distanciamento é bem-sucedido? Por mais que o autor se esforce, “Rousseau” sempre será Rousseau e “J.J.” sempre será Jean-Jacques. A descrição de “J.J.” oferecida por “Rousseau” é, no fim das contas, uma autodescrição elaborada por Jean-Jacques Rousseau. Há, portanto, aqui, um limite da descrição (poderíamos até mesmo falar, em certa medida, de um fracasso da descrição).

Assim, pode-se querer tomar o retrato oferecido no segundo diálogo, no que concerne a sua pretensão à objetividade e à imparcialidade, com um grão de sal. Pode-se até mesmo questioná-lo e rejeitá-lo nesses termos, na medida em que se rejeita, como excessivamente artificial, o jogo ou o simulacro. Resta, contudo, intacta outra dimensão importante e relevante do retrato de “J.J.” como o “homem natural esclarecido pela razão” apresentado por “Rousseau” no segundo diálogo: sua dimensão, digamos, prescritiva. O caráter modelar desse retrato é facilmente discernível. Mesmo que o consideremos pura ficção, o que esvaziaria seu aspecto descritivo, referencial, seu valor como modelo de caráter permanece intacto.

Já foi observado que o fenômeno de identificação com a *persona* de Jean-Jacques foi, para muitos atores da Revolução Francesa, tão importante para a configuração do *ethos* revolucionário quanto as ideias do *Discurso sobre a origem da desigualdade*, do *Contrato social* e do *Emílio*.¹⁹ Em geral, o veículo dessa identificação é a leitura das *Confissões* – mas não seria possível estender isso também aos *Diálogos*, sobretudo se lembrarmos que essa obra, quando

19 Blum (1989). Ver também Dart (1999): “In this way, the ‘citizen of Geneva’ bequeathed a twofold legacy to the revolutionary generation: he offered a radically egalitarian version of the ancient political discourse of civic humanism, but he also developed a highly wrought rhetoric of confession that enlisted ‘modern’ sensibility for the republican cause” (p.10-1); “For many members of the revolutionary generation the experience of being converted to the principles of liberty and equality was intimately linked to, and coeval with, a revolution in their concept of personal identity. In the case of many revolutionary republicans, [...] their concept of the self and its relation to society had been completely transformed by a reading of Rousseau” (p.47). Ver ainda o pequeno texto de Robespierre intitulado “Dédicace aux mânes de Rousseau”.